



X Congresso Português de Sociologia
Na era da “pós-verdade”? Esfera pública, cidadania e qualidade da democracia no Portugal contemporâneo
Covilhã, 10 a 12 de julho de 2018

Secção/Área temática / Thematic Section/Area:
Migrações, Etnicidade e Racismo

Fora de casa. Percursos de assistência e proteção de migrantes traficados
Out of home. Assistance and protection paths of trafficked migrants

Mara Clemente; Centro de Investigação e Estudos de Sociologia do ISCTE – Instituto Universitário de Lisboa (CIES/ISCTE-IUL), Avenida das Forças Armadas, 1649-026 – Lisboa,
mara.clemente@iscte-iul.pt

Resumo

O artigo propõe uma análise das experiências de assistência e proteção a migrantes traficados em Portugal. Ele parte de uma investigação qualitativa que contou, entre outras coisas, com uma experiência de observação científica numa casa de abrigo para mulheres traficadas, assim como com a recolha de entrevistas com pessoas traficadas e atores envolvidos no sistema de combate ao tráfico. A investigação destaca os desafios colocados por conceções simplistas e estereotipadas acerca de homens e mulheres traficadas, das suas experiências de tráfico e das suas necessidades de assistência. A estes acrescentam-se os que decorrem de um paradigma securitário na gestão da mobilidade humana, centrado na segurança do Estado e na repressão dos traficantes. Em contraponto, são propostas algumas estratégias que poderiam desafiar a procura atual por pretensas “supervítimas” e contribuir para a identificação e proteção de pessoas traficadas.

Palavras-chave: tráfico de pessoas; identificação; proteção; Portugal.

Abstract

The article proposes an analysis of the experiences of assistance and protection of trafficked migrants in Portugal. It is based on qualitative research that includes, among other things, a scientific observation in a shelter for trafficked women, as well as the collection of interviews with trafficked persons and actors involved in the anti-trafficking system. The research highlights the challenges posed by simplistic and stereotyped conceptions of trafficked men and women, their experiences of trafficking and the assistance they have received or lack thereof. Added to these challenges, are those arising from a security paradigm in the management of human mobility, centered on state security and repression of traffickers. In contrast, some strategies are proposed that could challenge the current perception and search for the quintessential “super victim” and contribute to the better identification and protection of trafficked persons.

Keywords: human trafficking; identification; protection; Portugal.

XAPS-45367

Introdução

Nos últimos decénios o tráfico de pessoasⁱ entrou na agenda de inúmeros Estados e organizações não governamentais, além de ter sido considerado como uma das prioridades de várias agências internacionais. Em particular, desde o final dos anos 90 do século XX, o problema impôs-se no centro de uma preocupação renovada que encontra um precedente nas campanhas contra a “escravidão branca” que tiveram lugar entre o final do século XIX e a primeira metade do século XX (Doezema, 2010).

Após o chamado Protocolo de Palermo, inclusive em Portugal, as pressões internacionais contribuíram para o tráfico entrar progressivamente na agenda institucional (Bordonaro e Alvim, 2011) apesar da escassa evidência do problema e das dúvidas sobre a sua relevância no contexto português (ver Manita e Oliveira, 2002; Oliveira, 2004; Peixoto *et al.*, 2005; Ribeiro *et al.*, 2005). Em particular, o ano de 2007 assinala um momento chave no processo de adaptação do sistema jurídico e político português aos instrumentos europeus e comunitários de prevenção e luta contra o tráfico, e de proteção e assistência a pessoas traficadas. Com uma alteração ao Código Penal, o tráfico foi incluído no seu artigo 160.º como um crime distinto do lenocínio e, no mesmo ano, foi formulado o I Plano Nacional contra o Tráfico de Seres Humanos – PNCTSH (2007-2010).

A evolução do sistema jurídico e político neste domínio logo foi objeto de um interesse particular de investigação (ver Peixoto *et al.*, 2005; Pereira *et al.*, 2007; Santos *et al.*, 2007). Um interesse que foi frequentemente encorajado pelo esforço político-institucional português diante do novo quadro político e legislativo internacional e pelos compromissos daí derivados. Entre as questões de investigação mais urgentes a que tentaram responder os primeiros estudos exploratórios encontramos a identificação dos perfis pessoais e sociais das pessoas traficadas, das suas experiências de tráfico, e dos métodos de recrutamento, transporte e exploração. Alguns estudos focaram também a atenção na cobertura do tráfico pelos média (Couto *et al.*, 2012; Peixoto *et al.*, 2005). Mais recentemente, a condenação dos crimes de tráfico tornou-se um objetivo de investigação, bem como uma preocupação política (ver Matos e Maia, 2015). Logo foi também destacada a oportunidade de definição de políticas, além de constituição de opinião pública, baseadas num sólido conhecimento sociológico sobre o tema e suas relações complexas com questões como a migração e a venda de sexo (Silva *et al.*, 2013). No entanto, as experiências de assistência e proteção das pessoas traficadas ficaram muito tempo por esclarecer.

Este artigo é o resultado de um primeiro estudo que tenta colmatar essas lacunas, colocando no centro da atenção objetivos marginalizados, inclusive em Portugal, por parte da experiência de investigação em volta do assunto. Tratava-se de responder a um vazio gnosiológico específico, propondo uma análise dos percursos de saída das situações de exploração, identificação, assistência e proteção.

Com o objetivo de responder a esta questão de investigação, realizei um estudo qualitativo, caracterizado por uma forte componente etnográfica, que incluiu a recolha de entrevistas com um grupo alargado de atores envolvidos no sistema de combate ao tráfico. Uma das principais inovações, do ponto de vista metodológico, foi a realização da primeira experiência de observação científica numa casa de abrigo portuguesa para mulheres traficadas.

O estudo realizado logo destacou a natureza excecional do acesso à assistência e proteção de pessoas traficadas, particularmente mulheres migrantes traficadas e exploradas na indústria do sexo. Apesar da crescente atenção ao problema e dos esforços institucionais recentes, mas intensos, para construir um sistema de combate ao tráfico, imagens estreitas e estereotipadas, patologizantes e estigmatizantes das pessoas traficadas, das suas experiências de tráfico e das suas necessidades de assistência, geralmente deixam estes “fora de casa”, isto é, fora das possibilidades atuais de proteção oferecidas. Este artigo centra-se nessas imagens das “vítimas”ⁱⁱ e na conceptualização da sua assistência.ⁱⁱⁱ

Nas páginas que se seguem, após um enquadramento teórico do tráfico, o artigo descreve brevemente o contexto português e as suas principais características. Na secção a seguir apresenta-se a metodologia, antes de discutir as conceptualizações das “vítimas” e da sua assistência. Apesar das dúvidas que a investigação coloca sobre a possibilidade de que as questões do trabalho e das migrações possam ser resolvidas através do atual quadro conceptual, político e jurídico do tráfico, na última secção proponho algumas estratégias que poderiam contribuir para a identificação e proteção das pessoas traficadas num futuro próximo, incluindo a oportunidade de um maior envolvimento no atual sistema antitráfico por parte das organizações da sociedade civil com experiência de intervenções com trabalhadores/as do sexo e migrantes.

Enquadramento teórico

Desde o final dos anos 90 do século XX, o tráfico de pessoas tornou-se gradualmente um dos tópicos mais populares e controversos do debate internacional.

No estudo do problema, uma abordagem positivista dominante concentrou as suas preocupações na denúncia dramática do tráfico, na tentativa de quantificar e explicar o fenómeno, e na identificação de lacunas políticas e/ou normativas a serem implementadas. Dentro desta abordagem, a responsabilidade final pela sua existência é atribuída à violência de traficantes, figuras monstruosas, organizadas em redes transnacionais. Enquanto isso, a reflexão de estudiosos em género, migração e estudos pós-coloniais enfatizou, em primeiro lugar, a construção social do tráfico (Atasü-Topcuoğlu, 2015; Bordonaro e Alvim, 2011; Doezeema, 2005; Piscitelli, 2016; Weitzer, 2007).

Na realidade, o processo de construção social do tráfico não é diferente do que caracteriza outras categorias que o tráfico evoca e sobre as quais assenta, como a de migrante. Para entender o posicionamento crítico de um conjunto de investigadores e ativistas, é necessário considerar as agendas políticas dos vários atores que identificam o tráfico como um problema. Historicamente, o quadro conceptual do tráfico, equiparado à prostituição *per se*, foi usado principalmente pelos grupos feministas abolicionistas para reivindicar a eliminação da prostituição, entendida como uma violência contra as mulheres. Até à segunda metade dos anos 80 do século passado, os instrumentos da Organização das Nações Unidas (ONU) eram de carácter abolicionista (Doezeema, 1988). Com o Protocolo de Palermo, de 2000, intervêm distinções substantivas em relação ao passado (Piscitelli e Vasconcelos, 2008), encorajadas pelo objetivo de responder às mudanças no contexto geopolítico e migratório, bem como à feroz oposição entre *lobbies* com leituras opostas da venda de sexo (ver Doezeema, 2010). Portanto, desde o Protocolo de Palermo o tráfico de pessoas não é considerado sinónimo de prostituição, nem é reduzido à “exploração da prostituição”. Além de considerar outros tipos de trabalho e serviços forçados, identifica no uso da força ou coerção um elemento essencial do tráfico de pessoas. Por outras palavras, a definição do Protocolo é um reconhecimento internacional implícito da distinção entre prostituição “forçada” e “voluntária”.^{iv}

Apesar das diferenças que caracterizam o Protocolo de Palermo e o distinguem dos acordos e convenções anteriores, investigadores e ativistas destacaram logo o limite representado pela falta de interesse, nos atuais regimes antitráfico, pela proteção dos direitos dos/as trabalhadores/as do sexo (Doezeema, 2005). Enquanto isso, durante as últimas décadas, as medidas antitráfico têm intensificado o controlo das trabalhadoras do sexo, as restrições à migração das mulheres e a deportação de trabalhadoras do sexo migrantes (GAATW, 2007; Lam, 2018; Sacramento e Alvim, 2016). A crítica da adequação e utilidade do paradigma do tráfico é alimentada pela reflexão dos estudiosos

da migração, segundo os quais enquadrar o tráfico como um problema que envolve redes transnacionais de traficantes obscurece o papel de políticas migratórias cada vez mais rígidas, assim como a procura de mão de obra barata e flexível, com o resultado de uma despolitização generalizada do debate (Andrijasevic, 2010; Anderson, 2013; O’Connell Davidson, 2006). Enquanto apenas uma minoria de pessoas traficadas é forçada a migrar, os atuais regimes neoliberais de género, migração e trabalho alimentam a necessidade de os traficantes intervirem nos projetos migratórios de trabalhadores migrantes pouco qualificados.

Embora sem questionar a estrutura conceptual do tráfico, vários estudiosos destacaram os numerosos desafios na identificação de migrantes traficados e no seu acesso a direitos formalmente estabelecidos (Brunovskis e Surtees, 2012; Brunovskis e Skilbrei, 2016; Harrington, 2005). Dentre estes, historicamente destacam-se aqueles que são representados por uma imagem estereotipada da “vítima” e das suas expetativas, que seja preferencialmente uma jovem estrangeira e inocente, enganada e escravizada (ver Santos *et al.*, 2009), aguardando o resgate da polícia, de uma organização não governamental (ONG) ou de um cliente benevolente. Uma tendência generalizada é a de negar a iniciativa e a agência, quer na escolha migratória e da prostituição, quer na trajetória de saída da exploração e de participação em programas de assistência (Brunovskis e Surtees, 2007, 2008; Surtees, 2012). Enquanto isso, a assistência e reintegração, isto é, a recuperação e inclusão socioeconómica (Surtees, 2010) passa tradicionalmente pelo acolhimento numa casa de abrigo, onde se oferecem serviços médicos, psicológicos e de aconselhamento, e pela possibilidade de participar em programas de integração profissional. Nos últimos anos, têm sido repetidamente destacados os limites de uma conceptualização de assistência e proteção, cuja adequação é definida por atores diferentes das pessoas traficadas (Harrington, 2005) e se baseia na ideia de que as “vítimas” – especialmente as mulheres ocupadas na indústria do sexo – devem ser trazidas de volta à norma aceitável através de regras e restrições e/ou de uma formação profissional que nem sempre está alinhada com as necessidades do mercado de trabalho (Brunovskis e Surtees, 2008; Pandey *et al.*, 2013).

A investigação em que se baseia a minha reflexão sugere que um padrão estreito de vitimização, além de criar uma dicotomia vitimização/agência que não toma em conta o processo de transformação e constituição de subjetividades através de processos de migração e trabalho sexual, estrutura uma hierarquia dentro da própria categoria de “vítimas” do tráfico. O resultado é que só as supervítimas, cuja aparência e experiência

de tráfico não questionam a sua passividade e conformidade com a moral dominante, e cujas expectativas de assistência e vida estão alinhadas com a luta contra redes (mais ou menos organizadas) de traficantes, só estas têm alguma possibilidade de obter o reconhecimento formal do seu estatuto de vítima e de aceder ao tipo de assistência previsto nesses casos.

O contexto português

Portugal é tradicionalmente descrito como um país de destino, trânsito e, em menor grau, de origem de homens, mulheres e menores traficados. Entretanto, durante os últimos dez anos, o sexo, a origem e o tipo de exploração das “vítimas sinalizadas”^v registaram algumas alterações (Clemente, 2017a, 2017b). Em particular, nos primeiros anos de intervenção sobre o tema, encontramos sobretudo sinalizações de mulheres da América do Sul, especialmente do Brasil, exploradas na indústria do sexo. Nos anos mais recentes, as sinalizações de homens prevaleceram, principalmente de outros países europeus e com experiência de exploração do trabalho na agricultura, na construção civil e nos serviços domésticos.

Desde 2007, um sistema de combate ao tráfico tem sido progressivamente estruturado através das sucessivas adaptações do sistema jurídico à legislação europeia e à implementação de sucessivos Planos Nacionais Ação para a Prevenção e o Combate ao Tráfico de Seres Humanos. Uma característica deste sistema, que tem sido constantemente mantida ao longo do tempo, é a substancial subordinação dos direitos das pessoas traficadas à sua colaboração na investigação criminal contra os autores de crimes. Esta abordagem é particularmente evidente na conexão dos direitos, como a autorização de residência para as pessoas traficadas nacionais de países terceiros, com a sua cooperação na investigação criminal e no procedimento judicial contra os traficantes. Em particular, ao abrigo da lei de estrangeiros portuguesa (artigo 109.º), a concessão da autorização de residência está dependente de três condições: (a) o interesse que a presença da pessoa traficada representa para as investigações e procedimentos judiciais; (b) a vontade clara em colaborar com as autoridades na investigação e repressão do tráfico de pessoas ou do auxílio à imigração ilegal; (c) a rutura das relações que tinha com os presumíveis autores dessas infrações.

De facto, desde 2007, foi previsto um regime especial de concessão de autorização de residência a pessoas traficadas dependendo da vontade clara de colaboração com as autoridades e permitindo a sua proteção quando circunstâncias pessoais o justifiquem

(ver Decreto-Lei n.º 368/2007). No entanto, algumas organizações da sociedade civil com as quais entrei em contato durante a investigação sugerem que a circunstância de a concessão ser feita pelo ministro da Administração Interna, por sua iniciativa ou por proposta do órgão de polícia criminal competente ou do coordenador do Plano Nacional contra o Tráfico de Seres Humanos, constitui uma limitação da disposição legislativa que não questiona a substancial subordinação dos direitos das pessoas traficadas à sua colaboração com as autoridades.

Para uma melhor compreensão do contexto português, devo também mencionar a centralidade da presença, do conhecimento e da intervenção da polícia que historicamente caracterizou a sua intervenção neste campo (Clemente, 2017a, 2017c). O tráfico não foi imediatamente identificado entre as prioridades da sociedade civil organizada, cujo conhecimento do problema é historicamente baseado na percepção da possibilidade da existência de situações de tráfico (Peixoto *et al.*, 2005). As várias organizações da sociedade civil tiveram, em primeiro lugar, que aprender a identificar as pessoas traficadas e a gerir a complexidade do crime de tráfico. Só lentamente e em função dos objetivos da agenda política do Estado, algumas delas alargaram as suas atividades para incluir o tráfico. No geral, o reconhecimento dos direitos das pessoas traficadas foi fundamentalmente gerido a nível institucional, com a prudência das organizações de base e sem o seu envolvimento extensivo e significativo (Clemente, 2017c; GRETA, 2013; Santos Neves e Pedra, 2012).

Só mais recentemente, tentando responder às recomendações dirigidas ao Estado português na implementação de compromissos assumidos nas várias instâncias internacionais e, em particular, relativas à implementação da Convenção do Conselho da Europa relativa à Luta contra o Tráfico de Seres Humanos (ver GRETA, 2013), teve início uma tentativa de maior envolvimento e uma maior cooperação das organizações da sociedade civil na prevenção, proteção e (re)integração das pessoas traficadas. Com este propósito, por exemplo, uma primeira Rede de Apoio e Proteção às Vítimas de Tráfico (RAPVT) foi criada a nível nacional, à qual se seguiram diferentes redes locais. No entanto, uma das características comuns das diversas redes, que agrupam entidades de diferentes naturezas – atores institucionais, ONGs e OPCs, com diferentes posições hierárquicas e objetivos distintos –, é incluir apenas o número mínimo de organizações da sociedade civil protagonistas de intervenções estreitamente relacionadas com os objetivos dessas redes.

Dentro do sistema de combate ao tráfico em Portugal, atualmente, têm um papel central três organizações com uma experiência histórica de intervenção na área da promoção de cuidados de saúde, em particular sexual e reprodutiva, e no apoio às vítimas de crimes. No entanto, estas intervêm essencialmente na gestão de casas de acolhimento para pessoas traficadas e, em todo o caso, na sequência da denúncia de casos de tráfico. O surgimento de casos de tráfico ocorre, principalmente, por meio da intervenção dos órgãos de polícia criminal ou de outras entidades públicas, especificamente ligadas à proteção das condições de trabalho (Clemente, 2017c). É o caso da Autoridade para as Condições do Trabalho (ACT) do Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social.

Metodologia

O estudo realizado caracterizou-se por uma abordagem qualitativa, fortemente encorajada pela natureza complexa do problema e pelos objetivos da investigação.

Após uma primeira revisão da literatura, da legislação, dos dados e dos demais relatórios, a investigação avançou mantendo uma forte componente etnográfica, com a participação em eventos e atividades de formação e sensibilização sobre o tema, em grupos de discussão e redes participadas por organizações e pesquisadores.

A entrevista qualitativa e a observação científica foram os dois principais instrumentos de investigação utilizados. Em particular, com o objetivo de responder à reduzida experiência de investigação empírica sobre o tema e ao “silêncio ensurdecador” (Clemente, 2017a) das pessoas traficadas,^{vi} o estudo previu, em primeiro lugar, a recolha de entrevistas com um grupo alargado de mais de 40 atores, pertencentes a diferentes instituições governamentais, OPCs e ONGs.

Consoante uma conceção do social como compreensível apenas através da “participação” do sujeito de estudo (Ferrarotti, 1961), foi dada especial atenção à participação das pessoas traficadas – em especial mulheres – na investigação. Uma das principais inovações da investigação, de um ponto de vista metodológico, foi a realização da primeira experiência de observação científica numa casa de abrigo para mulheres traficadas em Portugal, que se estendeu desde o mês de julho de 2016 até ao mês de janeiro de 2017. Contudo, apenas um número limitado de relações de entrevista envolve diretamente homens e mulheres migrantes traficados. Em concreto, apenas três entrevistas envolvem pessoas traficadas. Estas são um homem de origem portuguesa e duas mulheres, uma delas de origem portuguesa e outra de origem africana. Apenas uma das

mulheres entrevistadas teve uma experiência de exploração no mercado do sexo, e apenas uma das pessoas entrevistadas teve uma experiência de acolhimento dentro de uma casa de abrigo para mulheres traficadas em Portugal.

O encontro com homens e mulheres traficados teve que se confrontar com várias barreiras que não estão desligadas das barreiras que eles podem encontrar no acesso aos seus direitos. Entre estas barreiras está, antes de mais, a que é colocada pelo repatriamento de migrantes traficados. Sobrepõe-se à natureza emergencial das intervenções de assistência, que normalmente não permitem o desenvolvimento de relações de confiança e/ou de longo prazo com pessoas traficadas pelos atores envolvidos no seu processo de identificação e assistência. Enquanto isso, conceções simplificadas e patologizadoras das pessoas traficadas e das suas experiências de tráfico forneceram frequentemente a oportunidade de limitar ou controlar o acesso aos principais sujeitos de estudo – invocando a sua potencial revitimização na entrevista – e às estruturas que os acolhem. Em particular, o acesso às pessoas traficadas, especialmente aquelas que tiveram uma experiência de acolhimento nas atuais casas de abrigo, parece ser o objeto de uma seleção que põe em causa a própria posição dos investigadores – mais ou menos próximos do atual sistema antitráfico e dos seus atores – e avaliações que parecem levar em consideração aspetos diferentes dos objetivos do estudo e da proposta metodológica.

À procura da supervítima

O rótulo de “vítima” de tráfico – como o de refugiado – é particularmente importante. A atribuição formal do estatuto de vítima – que em Portugal é competência dos OPCs, em particular do Serviço de Estrangeiros e Fronteiras (SEF) e da Polícia Judiciária (PJ) – abre portas e permite o acesso à assistência, à proteção, à possibilidade de exigir uma indemnização pelo crime sofrido e de reconstruir vidas.

Convenções e diretivas internacionais, leis e políticas nacionais estabelecem com crescente atenção as demarcações entre uma pessoa traficada e um migrante irregular, uma vítima de exploração sexual e um/a livre trabalhador/a do sexo. No entanto, a vida das pessoas geralmente é mais complexa do que um rótulo pode prever. Embora as experiências de tráfico e migração irregular, exploração sexual e trabalho sexual sejam frequentemente tratadas como se fossem separadas, de acordo com uma lógica dualista rígida, elas podem coexistir na biografia de muitos homens e mulheres que vivem e trabalham à margem da sociedade. Nalguns casos perto de elementos criminosos, constantemente confrontados com um forte estigma (ver também Alvim, 2013; Oliveira,

2011, 2018; Ribeiro *et al.*, 2007). Enquanto isso, expectativas de vitimização, que raramente correspondem às experiências concretas de homens e mulheres traficadas, podem ser um desafio tanto para as forças de segurança quanto para funcionários dos serviços de imigração que são responsáveis por identificar as “vítimas” de tráfico, assim como para psicólogos e assistentes sociais, na sua definição das vítimas e das expectativas de assistência.

Este desafio parece apresentar-se fortemente no caso português. Uma análise das sinalizações das pessoas traficadas com as quais iniciei o estudo do problema sugere que, historicamente, apenas uma reduzida percentagem das “vítimas sinalizadas” são identificadas como “vítimas confirmadas” (Clemente, 2017a, 2017b).^{vii} Durante a investigação, tanto representantes de organizações da sociedade civil quanto representantes de OPCs enfatizaram com frequência que apenas algumas das situações mais violentas e extremas de tráfico acabam por ser participadas e investigadas. O medo de represálias por parte dos que participaram na experiência de tráfico é frequentemente indicado entre as razões da relutância das pessoas em participarem às autoridades policiais as experiências vividas e, consequentemente, da percentagem reduzida de “vítimas confirmadas”. Entretanto, a experiência de investigação sugere que certas representações de homens e mulheres traficadas que entram em ação no momento de sua identificação podem desempenhar um papel crucial, tanto na identificação quanto na oferta de opções adequadas de assistência.

A possibilidade de vitimização e o reconhecimento do estatuto de vítima parecem exigir, antes de mais, um estado fora da norma ou uma patologia e, com eles, a vulnerabilidade ao abuso e à exploração por parte de terceiros. O perfil “típico” das pessoas traficadas com quem me tenho confrontado repetidamente durante a investigação é descrito da seguinte forma, nas palavras de um representante de um OPC:

Perfil da vítima: sem-abrigo, alcoólico, ou ex-alcoólico, toxicodependente ou ex-toxicodependente... O que quer dizer que, de alguma forma, está diminuído, não é? Na sua autodeterminação, na sua vontade, por força desse comportamento aditivo, ou mesmo uma característica genética, que já diminuiu sensivelmente a sua capacidade mas, como não é preciso nenhum tipo de habilidade ou de skill especial, qualquer pessoa serve, porque é um trabalho braçal. Duro, mas simples. Duro, mas simples. Portanto, qualquer pessoa com saúde ou com capacidade física pode exercê-lo. E são levados. [Representante de um OPC]

As deficiências, a dependência de álcool e/ou de drogas e a condição de sem-abrigo estão entre as circunstâncias que aparecem recorrentemente como a condição necessária para tornar possível a experiência de tráfico de uma pessoa de sexo masculino. Uma imagem tradicional e estreita da masculinidade aceitável parece excluir a possibilidade de qualquer tipo de vulnerabilidade do “sexo forte” na ausência de patologias particulares. A experiência de um informante refere-se diretamente à identificação complexa de um homem como pessoa traficada na ausência de “anomalias” particulares:

Estou-me a lembrar de uma situação específica em que um inspetor nos dizia: “Não me venham falar de situação de especial vulnerabilidade, porque estamos aqui perante um homem. Ele não pode estar numa situação de especial vulnerabilidade. Ora, não é uma mulher, não é uma criança e não é deficiente, como é que vocês me dizem que ele está numa situação de especial vulnerabilidade?” [Representante de uma ONG]

A suposta inferioridade e fragilidade das mulheres e dos menores torna-as vítimas ideais, que correspondem à imagem preconcebida de pessoa traficada. Em qualquer caso, a sua possibilidade de vitimização parece solicitar também a presença de qualidades aceitáveis de integridade, humildade e mesmo de ingenuidade. Em particular, retidão e conformidade com a moral dominante são exigidos às mulheres traficadas no mercado do sexo, o que tem como resultado que o estigma que envolve a prostituição pode colocar em causa o reconhecimento das possibilidades de vitimização. Ele pode criar um estado de exceção e o reconhecimento complexo do abuso e da exploração. Na experiência de um membro de uma das organizações entrevistadas:

Quando damos um exemplo na formação, as pessoas, por exemplo, têm tendência, imaginem que uma mulher já era prostituta e que entretanto foi explorada, é difícil para as pessoas perceberem que há, de facto, uma exploração. [...] Se nós dermos o exemplo de uma mulher que é simplesmente levada para explorar sexualmente ou de uma prostituta que é levada para explorar, as pessoas veem como situações completamente distintas. Uma, sim, é vítima, a outra não. Pronto.

Em alguns casos, a venda de sexo e o estigma associado parecem criar uma tipologia hierarquizante de vítimas. Nas palavras de um representante de um OPC:

O que acontece, no caso da vertente sexual, é que grande parte das vítimas, ao contrário daquilo que às vezes transparece, grande parte das vítimas, nomeadamente as que vinham do Brasil, que [se] tem reduzido, a maior parte das vezes sabem que vêm para a prostituição. São prostitutas já no país de origem e vêm para exercê-la aqui. O que se altera, algures no caminho, lá chegando, são os pressupostos do negócio. [...] Ao contrário, por exemplo, as vítimas que vêm do Leste, da Roménia, essas, grande parte delas são mais jovens, às vezes menores, e vêm com o falso pressuposto que vêm trabalhar na restauração, num restaurante, ou num bar, mas não para a prostituição. Elas acham que vêm trabalhar num emprego normal. E depois são obrigadas a prostituírem-se, com violência, etc. [Representante de um OPC]

Dentro desta tipologia hierarquizante de vítimas, apenas as supervítimas – em situações extremas de controlo e constrangimento e que aceitam colaborar nas investigações criminais contra os seus traficantes – parecem ter hipóteses de ver reconhecido o seu estatuto de vítima. Enquanto isso, o processo de identificação formal de uma pessoa traficada requer investimento de tempo e energia, tanto por parte dos atores responsáveis pela investigação e identificação formal como por parte das pessoas traficadas. Estas últimas são confrontadas com as expectativas do projeto de migração em que se encaixa a sua experiência de tráfico, assim como com a possibilidade de represálias por parte de traficantes organizados em redes mais ou menos estruturadas. As suas expectativas e projetos nem sempre são consideradas e tomadas em conta pelos mecanismos de identificação e assistência. O resultado é uma generalizada patologização e condenação da mulher traficada no mercado do sexo quando não corresponde à imagem esperada da vítima e/ou ao objetivo principal da perseguição dos autores do crime. Nas palavras de um dos meus informantes:

O que acontece, no que concerne à exploração sexual, é que, muitas vezes, a colaboração das vítimas é mais difícil. A vítima é substancialmente mais... é mais volúvel, é mais... não é tão consistente, percebe? Hoje é vítima e colabora, mas depois, passado um mês ou dois, já não está... [...] Eu acho que tem a ver com a característica da própria pessoa... do próprio perfil delas. [...] A vida ensinou-lhes a sobreviver e a serem espertas, não é? Mas depois não querem porque não querem compromisso, porque se calhar já não foi bem assim, depois não querem aparecer nos tribunais, depois vão-se embora e depois já não querem ser vítimas, querem desistir de tudo. Há aqui alguma... Porque, se calhar já vêm com um pressuposto diferente. Não entenda isto como às vezes

estar a desvalorizar ou estar aqui com dogmas. Não tenho dogmas nenhuns. Nós temos desmantelado redes de vítimas de tráfico de seres humanos para efeitos de exploração sexual e os indivíduos são presos e têm sido punidos com penas severas. Temos é muita dificuldade depois é... temos quase que andar com acompanhamento constante às vítimas para elas não desaparecerem e para colaborarem com a justiça. São mais difíceis.
[Representante de um OPC]

A (re)educação da supervítima

Mesmo após a identificação formal das “vítimas”, homens e mulheres traficados confrontam-se com mais barreiras para o acesso à assistência e proteção. Em particular, uma ideia recorrente que caracteriza as práticas de assistência é que as pessoas traficadas precisam de mudar e ser trazidas de volta para a norma aceitável. O pensamento e o comportamento apropriados são tradicionalmente definidos pelos atores envolvidos na assistência às pessoas traficadas, o qual, de qualquer maneira, é bem diferente do ponto de vista das pessoas traficadas. A remoção da identidade desviante do tráfico ocorre principalmente através de regras e restrições. O espaço da reeducação consiste em regras das casas de abrigo. Espaços descritos, em primeiro lugar, como lugares para a socialização de acordo com as regras definidas:

Há regras para a hora de almoço, de X em X horas, há regras para o jantar, há regras para arrumar, há regras para se deitarem, há regras para a utilização... [São decididas por elas?] Não, há um regulamento nosso. Há o regulamento da [organização], não é? Todas as instituições têm um regulamento interno e elas, quando entram, assinam esse regulamento interno e tenta-se da melhor forma, não é? Adaptarem-se a ele e nós também fazemos de tudo, em equipa e em grupo, para se adaptarem. [...] Quando, imaginemos, estão num âmbito de um processo-crime ou se estão em segurança não podem sair, mesmo por questões da própria proteção e depois existe este conjunto de regras e de procedimentos internos como outra instituição qualquer. Não é nenhuma prisão, é uma instituição, mas tem de haver regras para se... senão, não se conseguiria viver em grupo. [Representante de uma ONG]

Regras, restrições da liberdade de movimentos e o caráter fechado dos abrigos são tradicionalmente justificados pela necessidade de convivência entre desconhecidos com experiências complexas e heterogêneas e com a necessidade de segurança dos mesmos. Enquanto isso, essas regras e limitações podem desempenhar um papel decisivo na decisão das pessoas traficadas de renunciarem à assistência. Como Brunovskis e Surtees

(2007, 2008) salientam, desistir da assistência é uma escolha racional feita no contexto de realidades pessoais, como a disponibilidade de outras opções ou a não autoidentificação como uma vítima. Também pode depender da confiança e da maneira como as vítimas se sentem e como experimentam a assistência. Enquanto isso, a experiência de investigação sugere-nos que a renúncia à assistência às vezes é vista como uma responsabilidade da pessoa individual, das suas “anomalias” e/ou “mau feitio”.

No caso dos homens, as mesmas patologias que tornam admissível a possibilidade de vitimização parecem impedir qualquer alternativa de vida dentro de um sistema de regras julgado aceitável, como aquele que disciplina a gestão de uma casa de abrigo:

Depois a pessoa diz-nos “eu estava bem lá, porque é que vocês me tiraram de lá? É que eu agora não tenho nada. Eu não quero estar aqui. Eu não quero isto.” Aqui é em casas de acolhimento, em casas de apoio, com regras, com normas de higiene, com normas de... [...] Porquê? Porque são pessoas que, acima de tudo, têm problemas graves, quer mentais, quer sociais. São pessoas com perturbações. [Representante de um OPC]

De forma semelhante, um outro informante afirmou:

Nem todas as vítimas querem ir para uma casa-abrigo. Elas têm destino, podem ir para casa de familiares. E depois, também, quando vão também não querem estar. Também tem a ver com o perfil das vítimas, não é? Poucas se aguentam lá muito tempo, sejam homens ou sejam mulheres. Tem a ver com o feitio. Primeiro, porque também esse tipo de casas abrigo, se calhar, não tem o conceito ideal, mas também tem a ver com a disponibilidade financeira do projeto, pronto. [...] Estrangeiros ainda é mais complicado. Ainda é mais complicado. Não querem estar, passado um mês estão impertinentes, depois estão fechados, são apartamentos, às vezes, não é? Não se sentem bem, depois têm regras. Não se esqueça que são pessoas que não estão habituadas a cumprir regras. Quando estão vitimizados cumprem muitas regras e são espancados, mas depois tudo passa, não é? As pessoas depois querem voltar ao que tinham antes, o que tinham antes era não ter regras, não ter patrão, não ser empregado de nada. [Representante de um OPC]

As palavras desses informantes apontam para a dificuldade em que o acolhimento numa casa de abrigo possa responder sempre ou facilmente às expectativas e aos planos de vida dos seus potenciais hóspedes. No entanto, é dada como certa a aceitação das regras que uma casa impõe ou a necessidade de desistir do projeto com o qual, especialmente os migrantes traficados, empreenderam a sua migração. Daí a condenação da

“vítima” que se pretende reeducar e que, devido ao seu “feitio”, não adapta a sua própria pessoa e comportamento ao modelo aceitável do utente.

No caso das mulheres, e em particular das migrantes traficadas e exploradas no mercado do sexo, surge com força especial o conflito entre a assistência ideal e a vítima real. Entre a ideia de que a vida após o tráfico possa ser uma vida fora da prostituição e os objetivos e os meios através dos quais as mulheres migrantes sentem que podem satisfazer as suas expetativas.

O que essas pessoas têm é a necessidade de dinheiro. De dinheiro – enfatiza um entrevistado. De subsistência para elas e para a família. Uma prostituta aqui em Portugal, durante quinze dias, ela consegue mandar para o Brasil mil e quinhentos euros e sustenta três filhos, o irmão, a mãe, o avô e o primo à conta do dinheiro que ela ganha cá. E essa pessoa pode estar mesmo a ser controlada, mas existem pouquíssimos casos em que a pessoa está a ter práticas de relações sexuais e tem relações sexuais e não tem proveito financeiro nenhum, zero. São pouquíssimos casos. E nesses casos, sim, uma aproximação desse tipo de organizações permitiria uma saída mais rápida e uma identificação mais rápida. [Representante de um OPC]

No entanto, só excecionalmente as possibilidades existentes fora do mercado do sexo respondem a essas necessidades. Apenas em alguns casos, as expetativas das mulheres traficadas correspondem à atual conceptualização da assistência e da vida após o tráfico.

Estas circunstâncias contribuem para compreender a presença apenas residual de mulheres (e homens) com uma experiência de (re)integração através das estruturas destinadas a este fim em Portugal. O acolhimento nas casas de abrigo é muitas vezes um momento confinado, principalmente destinado a favorecer a colaboração na investigações contra os traficantes, enquanto se espera pelo regresso às suas famílias e/ou ao país de origem.

A reflexão conjunta com uma das organizações que gerem uma dessas casas sugere que, no caso das mulheres traficadas no mercado sexual, desde logo a entrada nessas estruturas é muito limitada. Em particular, nos três anos decorridos desde a sua abertura em 2014 até 2016, a casa acolheu 21 utentes: 15 são de origem europeia (dos quais 13 de origem romena e dois de origem portuguesa), três são de origem africana, duas são sul-americanas e uma asiática. Cerca de metade das mulheres tinham uma experiência de exploração do trabalho com uma forte presença de casos de servidão doméstica; quatro delas tinham uma experiência de mendicidade e quatro utentes entraram na casa

como “vítimas de exploração sexual”.^{viii} As experiências de acolhimento foram extremamente diversas, com estadias que podem durar uma noite ou prolongar-se por alguns meses – em casos excepcionais, excedem o ano. Como nas outras duas casas de abrigo no país, ao longo dos anos registaram-se casos de fuga. A questão mais importante é que as experiências de acolhimento não correspondem necessariamente a experiências de (re)integração – especialmente nos casos de exploração sexual. De acordo com a organização que administra a casa de acolhimento, apenas no caso de uma mulher traficada e explorada sexualmente se pode falar de uma “história de sucesso”. Trata-se da experiência de uma mulher de origem europeia, de uma área interior de um país da Europa Oriental, que é recrutada e traficada por uma amiga que lhe promete um emprego num restaurante. Ao chegar a Portugal, a mulher permanece indocumentada e com grandes limitações de liberdade; sofre restrições alimentares e é sujeita a violências físicas. Depois de sair da situação de exploração, durante o acolhimento numa casa de abrigo, encontra um emprego num restaurante como ajudante de cozinheira, e com o dinheiro angariado volta para o país de origem. Esta “história de sucesso” é também a história de uma mulher cujo perfil, bem como a experiência de tráfico, certamente corresponde à da supervítima:

Era uma pessoa, assim, era engraçada, era interessante, era... [...] Ela tinha assim umas características individuais interessantes. Para além de ser completamente ingénua – eu acho que nós nunca tínhamos conhecido, eu nunca tinha –, era uma pessoa mesmo que nós não imaginamos como é que pessoas destas ainda existem, em termos de ingenuidade, a forma como veio aqui parar e era mesmo dela. Qualquer pessoa que lhe desse o mínimo de confiança, que também faz parte das características delas, caía completamente. Ela era uma pessoa mesmo boa, notava-se mesmo que tinha um bom coração. [Representante de uma ONG]

Uma das questões que permanecem em aberto refere-se à possibilidade de as mulheres (e os homens) migrantes que se afastam destes perfis poderem ser identificadas como “vítimas”, ter acesso a formas de assistência de acordo com as suas expectativas e os seus projetos e, em última análise, ter acesso a uma (re)integração efetiva nos países de origem ou destino.

Olhando para o futuro

Apesar dos esforços para a adaptação ao quadro político e legislativo internacional, em particular europeu, e de construção de um sistema de combate ao tráfico, em Portugal a proteção dos migrantes traficados parece colocar vários desafios. Estes refletem, em grande medida, as limitações e contradições que acompanham historicamente a definição do problema do tráfico, assim como as suas lógicas políticas e discursivas. A dificuldade de responder às expectativas de assistência e proteção dos homens e mulheres traficados e garantir os seus direitos remete primariamente para um paradigma securitário na gestão das migrações. Isto incentivou os vários países europeus a fortalecerem a cooperação, partilhando informações e desenvolvendo estratégias para melhorar os controlos nas fronteiras. Porém, a segurança do Estado-nação não parece facilmente harmonizável com a segurança dos migrantes e os direitos dos que enfrentam situações de grave exploração. A experiência portuguesa coloca dúvidas sobre a possibilidade de as questões do trabalho e das migrações poderem ser resolvidas dentro do atual quadro conceptual, político e jurídico do tráfico, o qual, focando-se nas redes criminosas e na sua perseguição, parece desviar a atenção dos problemas económicos e sociais estruturais dos diferentes contextos. O resultado é que a condenação e a luta contra o tráfico coexistem com o estigma e a tolerância da exploração do trabalho, em especial dos migrantes que escapam a uma imagem simplificada e estereotipada de violência e abuso.

Enquanto isso, uma característica específica da experiência portuguesa nesta área são as limitações do envolvimento de organizações da sociedade civil que possam contribuir, antes de mais, para desafiar imagens simplificadas, estigmatizantes e patologizantes tanto de homens quanto de mulheres migrantes traficadas. Uma limitação e até ausência para as quais contribui, mais uma vez, a mesma conceptualização do tráfico como um problema criminal, inserindo-se num contexto caracterizado por “fraqueza institucional” e “dependência tradicional do Estado” da sociedade civil organizada (Santos, 1991). A intervenção desta está em grande parte associada ao acolhimento das pessoas traficadas, bem como a ações de sensibilização e formação sobre o tema.

O envolvimento mais amplo da sociedade civil organizada provavelmente poderia ter um papel significativo, em primeiro lugar na identificação das pessoas traficadas (ver também Adams, 2011), atualmente ligada principalmente a ações de fiscalização da polícia. Em particular, o envolvimento de organizações com experiência de intervenção de proximidade com trabalhadores/as migrantes e do sexo poderia provavelmente

também desafiar a procura de vítimas “perfeitas” (Uy, 2011) ou “ideais” (Christie, 1986) e contribuir para uma articulação mais complexa das possibilidades de proteção de homens e mulheres que nem sempre nem facilmente correspondem à imagem e experiência de supervítimas.

Uma das questões que se coloca é como é possível obter um maior e mais crítico envolvimento destes e outros atores numa área tão falada quanto controversa, como é o tráfico.

Atualmente, a forte divisão em torno da leitura da prostituição parece questionar essa possibilidade no caso das organizações com um posicionamento a favor do apoio aos direitos dos/as trabalhadores/as sexuais. Apesar da sua presença, elas permanecem substancialmente fora das redes e projetos realizados nos últimos anos no campo do tráfico, apondo a sua posição com respeito à venda de sexo, longe de uma histórica posição institucional, como justificação para o seu posicionamento marginal em relação ao debate e à prática de intervenção nesta matéria.

Entretanto os quadros de referência políticos e jurídicos não são neutros. Entre as questões que permanecem em aberto está a que se relaciona com a redução da distância entre a lei no papel e sua prática e a oportunidade de garantir que os direitos das pessoas traficadas não dependam da sua colaboração em investigações criminais contra os traficantes.

Agradecimentos

Este texto foi possível graças ao financiamento da Fundação para a Ciência e a Tecnologia (FCT) portuguesa, do projeto de pós-doutoramento “Trafficking of women for sexual exploitation in Portugal. A qualitative study of trafficked women, trafficking experiences and measures of assistance” (ref. SFRH/BPD/93923/2013) e, posteriormente, do projeto de investigação “A articulação dos regimes de combate ao tráfico de pessoas na Europa mediterrânea. Atores, discursos e representações”, ancorados no Centro de Investigação e Estudos de Sociologia do ISCTE – Instituto Universitário de Lisboa (CIES/ISCTE-IUL). Gostaria de agradecer a todos/as os/as participantes na investigação.

Nota

Por decisão pessoal, a autora do texto escreve segundo o Acordo Ortográfico de 1990.

ⁱ De acordo com o Protocolo das Nações Unidas relativo à prevenção, à repressão e à punição do tráfico de pessoas, em especial de mulheres e crianças (Protocolo de Palermo), “por ‘tráfico de pessoas’ entende-se o recrutamento, o transporte, a transferência, o alojamento ou o acolhimento de pessoas, recorrendo à ameaça ou ao uso da força ou a outras formas de coação, ao rapto, à fraude, ao engano, ao abuso de autoridade ou de situação de vulnerabilidade, ou à entrega ou aceitação de pagamentos ou benefícios para obter o consentimento de uma pessoa que tem autoridade sobre outra, para fins de exploração. A exploração deverá incluir, pelo menos, a exploração da prostituição de outrem ou outras formas de exploração sexual, o trabalho ou serviços forçados, a escravatura ou práticas similares à escravatura, a servidão ou a extração de órgãos” (art. 3.º, alínea a).

ⁱⁱ O termo “vítima” é objeto de inúmeras controvérsias na reflexão sobre as pessoas que sofreram crimes como o tráfico. Como tive ocasião de destacar em outras ocasiões, prefiro a expressão “pessoa traficada” ao termo “vítima”, de forte carga emocional, o qual, ao colocar a ênfase na vulnerabilidade e no trauma, parece não reconhecer a agência e os complexos processos de transformação das subjetividades dos sujeitos a que se refere. Nalguns casos, utilizo a expressão “migrante traficado/a” para enfatizar uma leitura do tráfico em termos de migração laboral que correu mal também pela cumplicidade das atuais políticas de migração e de trabalho.

ⁱⁱⁱ Embora profundamente alterado, o presente texto tem por base artigos já publicados, nomeadamente Clemente, 2017a, 2017c.

^{iv} Esta distinção, tenazmente apoiada durante o processo de negociação do Protocolo de Palermo por um dos *lobbies* feministas, a Global Alliance against Trafficking in Women (GAATW), retoma a distinção desenvolvida em meados dos anos 80 por ativistas do trabalho sexual, que argumentam que esse trabalho é uma forma de trabalho legal. Em contraste com esta posição, encontramos a da Coalition against Trafficking in Women (CATW) que, baseada num ponto de vista feminista radical, se opõe a uma distinção entre prostituição “forçada” e “voluntária”, considerando a prostituição em si mesma como escravidão sexual, isto é, como uma forma de coerção e violência.

^v “Vítima sinalizada” é uma designação atribuída, no âmbito do sistema português de monitorização sobre o tráfico, a uma pessoa sobre a qual existem fortes indícios de configurar uma situação de tráfico de pessoas. No âmbito deste sistema de monitorização estão previstas diferentes fases de recolha da informação. A primeira fase é a da sinalização de potenciais vítimas de tráfico pelos órgãos de polícia criminal (OPCs) – Guarda Nacional Republicana, Polícia de Segurança Pública, Serviço de Estrangeiros e Fronteiras, Polícia Judiciária – bem como por ONGs e outras entidades públicas e privadas. Os casos sinalizados são analisados por uma equipa de OPC (*focal points*), que valida as ocorrências de tráfico sinalizadas, distinguindo entre “confirmados”, “em confirmação” e “não confirmados”. Portanto, a designação de “vítima sinalizada” é atribuída a uma pessoa sobre a qual existem fortes indícios de configurar uma situação de tráfico de pessoas. “Vítima confirmada” é a designação atribuída a uma pessoa que foi policialmente confirmada como vítima. No caso em que o crime não é confirmado do ponto de vista da investigação criminal (por exemplo, por falta de provas ou porque a pessoa é vítima de crimes diferentes) a designação atribuída é a de “vítima não confirmada”.

^{vi} Uma das características do estudo do tráfico em Portugal, que com algumas diferenças encontramos na mais ampla literatura internacional (ver as revisões da literatura sobre o tema, incluindo: IOM, 2008; Kelly, 2002; Laczko e Goździak, 2005; Goździak e Bump, 2008; Goździak *et al.*, 2015; Zhang, 2012), é a reduzida experiência de investigação empírica sobre o tema. Além disso, os protagonistas do assunto – desde mulheres e homens, a pessoas transexuais e menores traficados – raramente são fontes de informação primária e de conhecimento. Em particular, a partir da revisão da literatura (Clemente, 2017a), apenas cinco das 65 publicações analisadas eram baseadas em entrevistas com pessoas traficadas. Trata-se, mais uma vez, de uma ausência constante na mais vasta literatura internacional. Aquilo que distingue a investigação em Portugal é o facto de ter ficado permanentemente fora das estruturas de acolhimento previstas para as pessoas traficadas.

^{vii} No período entre 2008 e 2014, temos um total de 282 “vítimas confirmadas”, correspondendo a 25% do total das (1110) “vítimas sinalizadas”.

^{viii} Nem todas as utentes que entraram como potenciais vítimas de exploração sexual foram confirmadas como tais pelos órgãos de polícia criminal e pela organização que gere a casa. Em alguns casos, as investigações ainda estão em curso, noutros a organização reconhece uma tentativa por parte das migrantes acolhidas de obter acesso aos direitos previstos pelo estatuto de vítima (como a autorização de residência para migrantes de origem não europeia) através da denúncia fraudulenta do crime.

Referências

- Adams, C. (2011). Re-Trafficked Victims: How a Human Rights Approach Can Stop the Cycle of Re-Victimization of Sex Trafficking Victims. *George Washington International Law Review*. 43(1), pp. 201-234.
- Alvim, F. (2013). “*Só Muda a Moeda*”: representações sobre tráfico de seres humanos e trabalho sexual em Portugal. Tese de doutoramento. Lisboa: ISCTE-IUL.
- Anderson, B. (2013), *The Dangerous Politics of Immigration Control*. Oxford: Oxford University Press.
- Andrijasevic, R. (2010). *Migration, agency, and citizenship in sex trafficking*. New York: Palgrave Macmillan.
- Atasü-Topcuoğlu, R. (2015). *Ideology and the fight against human trafficking*. New York: Routledge.
- Bordonaro, L., Alvim, F. (2011). Tráfico de mulheres em Portugal: a construção de um problema social. In P.G. Silva, O. Sacramento, J. Portela, *Etnografia e intervenção social. Por uma praxis reflexiva* (pp. 61-83). Lisboa: Colibri.
- Brunovskis, A., Surtees, R. (2007). *Leaving the Past Behind: When victims of trafficking decline assistance*. Oslo: Fafo.
- Brunovskis, A., Surtees, R. (2008). Agency or Illness - The Conceptualization of Trafficking Victims' Choices and Behaviors in the Assistance System. *Gender, Technology and Development*. 12(1), pp. 53-76.
- Brunovskis, A., Surtees, R. (2012). *A Fuller Picture: Addressing trafficking related assistance needs and socio-economic vulnerabilities*. Oslo: Fafo.
- Brunovskis, A., Skilbrei, M. (2016). Two Birds with One Stone? Implications of conditional assistance in victim protection and prosecution of traffickers. *Anti-Trafficking Review*, 6, pp. 13-30.
- Christie, N. (1986). The ideal victim. In: E.A. Fattah (Ed.). *From Crime Policy to Victim Policy. Reorienting the Justice System* (pp. 17-30). Basingstoke: Macmillan.

- Clemente, M. (2017a). Human Trafficking in Portugal: An Ethnography of Research and Data. *Studi Emigrazione. International journal of migration studies*. LIV(208), pp. 663-686.
- Clemente, M. (2017b). Cidadãos portugueses traficados, *OEm Fact Sheets*. 5, Lisboa: Observatório da Emigração, CIES-IUL, ISCTE-IUL.
- Clemente, M. (2017c). Reservado o direito de admissão. Discursos antitráfico, controlo das migrações e assistência a mulheres. *Bagoas - Estudos Gays: Gêneros e Sexualidades*. 17, pp. 154-200.
- Couto, D., Machado, C., Martins, C., Abrunhosa Gonçalves, R. (2012). A construção mediática do tráfico de seres humanos na imprensa escrita portuguesa. *Análise Psicológica*. XXX(1-2), pp. 231-246.
- Doezema, J. (2005). Now You See Her, Now You Don't: Sex Workers at the UN Trafficking Protocol Negotiations. *Social & Legal Studies* 14(1), pp. 61–89.
- Doezema, J. (2010), *Sex Slaves and Discourse Masters: The Construction of Trafficking*. London: Zed Books.
- Ferrarotti, F. (1961). *La sociologia come partecipazione e altri saggi*. Torino: Taylor.
- GAATW (2007). Collateral Damage: The impact of anti-trafficking initiatives on human rights around the world. Bangkok: GAATW.
- Goździak, E.M., Bump, M.N. (2008). *Data and research on human trafficking: bibliography of research-based literature*. Washington DC: Georgetown University.
- Goździak, E.M., Graveline, S., Skippings, W., Song, M. (2015). *Bibliography of research-based literature on human trafficking: 2008-2014*. Washington DC: Georgetown University.
- GRETA, (2013). *Report concerning the implementation of the Council of Europe Convention on action against trafficking in human beings by Portugal*. Strasbourg: Council of Europe.

- Harrington, C. (2005). The Politics of Rescue: Peacekeeping and Anti-trafficking Programmes in Bosnia-Herzegovina and Kosovo. *International Feminist Journal of Politics*. 7(2), pp. 175-206.
- IOM, (2008). *Human trafficking: new directions for research*. Geneva: IOM.
- Kelly, E. (2002). *Journeys of jeopardy: a review of research on trafficking in women and children in Europe*. Geneva: IOM, Migration Research Series, 11.
- Laczko, F., Gozdzia, E.M. (2005). *Data and research on human trafficking: a global survey*. Geneva: IOM.
- Lam, E. (2018), *Behind the Rescue: How Anti-Trafficking Investigations and Policies Harm Migrant Sex Workers*. Toronto: Butterfly Print.
- Manita, C., Oliveira, A. (2002). *Estudo de caracterização da prostituição de rua no Porto e Matosinhos*. Porto: CIDM.
- Matos, M., Maira, Â. (2015). *Tráfico de pessoas e tramitação criminal*. Lisboa: CIG.
- O'Connell Davidson, J. (2006). Will the Real Sex Slave Please Stand up?. *Feminist Review*. 83(1), pp. 4-22.
- Oliveira, A. (2004). *As Vendedoras de Ilusões: Estudo sobre Prostituição, Alterne e Striptease*. Lisboa: Editorial Notícias.
- Oliveira, A. (2011). *Andar na vida: prostituição de rua e reacção social*. Coimbra: Almedina.
- Oliveira, A. (2018). Same work, different oppression: Stigma and its consequences for male and transgender sex workers in Portugal. *International Journal of Iberian Studies*. 31(1), pp. 11-26.
- Pandey, H., Tewari, H.R., Bhowmick, P.K. (2013). Antecedents and Reintegration of Sex Trafficked Victims in India: A Conceptual Framework. *International Journal of Criminal Justice Sciences*. 8(1), pp. 47-62.
- Peixoto, J., Soares, A.G., Costa, P.M., Murteira, S., Pereira, S., Sabino, C. (2005). *O tráfico de migrantes em Portugal. Perspectivas sociológicas, juridical e políticas*.

Lisboa: ACIM.

Pereira, S., Vasconcelos, J. (2007). *Combate ao Tráfico de Seres Humanos e Trabalho Forçado: Estudo de Casos e Respostas de Portugal*. Lisboa: OIT.

Piscitelli, A., Vasconcelos, M. (2008), Apresentação do Dossiê: Gênero no Tráfico de Pessoas. *Cadernos Pagu*, 31, pp. 9-28.

Piscitelli, A. (2016). Economias sexuais, amor e tráfico de pessoas – novas questões conceituais. *Cadernos Pagu*. 47.

Ribeiro, M., Silva, M.C., Schouten, M.J., Ribeiro Bessa, F., Sacramento, O. (2005). *Prostituição feminina em regiões de fronteira: actores, estruturas e processos*. Lisboa: Fundação para a Ciência e Tecnologia, 2005.

Ribeiro, M., Silva, M.C., Schouten, M.J., Ribeiro Bessa, F., Sacramento, O. (2007). *Vidas na raia: prostituição feminina em regiões de fronteira*. Porto: Afrontamento.

Sacramento, O., Alvim, F. (2016). De emigrantes a vítimas de tráfico: mobilidades e prostituição no espaço transatlântico. *Revista Antropolítica*, 41, pp. 357-389.

Santos, B.deS., Gomes, C., Duarte, M. (2007). *Tráfico de mulheres em Portugal para fins de exploração sexual*. Coimbra: CES/CAIM.

Santos, B.deS., Gomes, C., Duarte, M. (2009). Tráfico sexual de mulheres: Representações sobre ilegalidade e vitimação. *Revista Crítica de Ciências Sociais* . 87, pp. 69-94.

Santos, B.deS., (1991). State, wage relations and social welfare in the semiperiphery: the case of Portugal. *Oficina do CES*. 23

Santos Neves, M., Pedra, C. (2012). *A Proteção dos direitos humanos e as vítimas de tráfico de Pessoas. Rotas, métodos, tipos de tráfico e setores de atividade em Portugal*. Lisboa: IEEI.

Silva, M.C., Ribeiro, F.B., Granja, R. (2013). *Prostituição e tráfico de mulheres para fins de exploração sexual*. Prior Velho: Letras Paralelas.

Surtees, R. (2010). *Monitoring anti-trafficking re/integration programmes. A manual*.

Washington: Nexus Institute.

Surtees, R. (2012). *Re/integration of Trafficked Persons: Supporting Economic Empowerment*. Issue Paper N. 4. Washington: Nexus Institute.

Uy, R.. Blinded by red lights: why trafficking discourse should shift away from sex and the 'perfect victim' paradigm. *Berkeley Journal of Gender, Law and Justice*. 26(1), pp. 204-219.

Weitzer R., The Social Construction of Sex Trafficking: Ideology and Institutionalization of a Moral Crusade. *Politics & Society*. 35(3), pp. 447-475.

Zhang, S.X. (2012). Sex trafficking in Latin America: dominant discourse, empirical paucity, and promising research. *Global Crime*. 13(1), pp. 22-41.